

**CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO**  
**Curso de Administração de Empresas**

**Cilmara dos Santos Lima**  
**Márcia Santos de Escobar**

**POLÍTICAS PÚBLICAS À EDUCAÇÃO BALZAQUIANA: A  
PROCURA DO PÚBLICO BALZAQUIANO PELO ENSINO SUPERIOR  
BRASILEIRO**

**São Paulo**  
**2015**

**Cilmara dos Santos Lima**  
**Márcia Santos de Escobar**

**POLÍTICAS PÚBLICAS À EDUCAÇÃO BALZAQUIANA: A  
PROCURA DO PÚBLICO BALZAQUIANO PELO ENSINO SUPERIOR  
BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração do Centro Universitário São Camilo, orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Heide Landi, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração de Empresas.

**São Paulo**  
**2015**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Padre Inocente Radrizzani**

Lima, Cilmara dos Santos

Políticas públicas a educação balzaquiana: a procura do público balzaquiano pelo ensino superior no Brasil / Cilmara dos Santos Lima, Márcia Santos de Escobar. -- São Paulo : Centro Universitário São Camilo, 2015.

57 p.

Orientação de Heide Landi

Trabalho de Conclusão de Curso de Administração (Graduação), Centro Universitário São Camilo, 2015.

1. Políticas públicas 2. Ensino superior – Brasil 3. Adulto I. Escobar, Márcia Santos de. II. Landi, Heide III. Centro Universitário São Camilo IV. Título

CDD: 378.981

**Cilmara dos Santos Lima**  
**Márcia Santos de Escobar**

**POLÍTICAS PÚBLICAS À EDUCAÇÃO BALZAQUIANA: A PROCURA  
DO PÚBLICO BALZAQUIANO PELO ENSINO SUPERIOR  
BRASILEIRO**

São Paulo, 04 de novembro de 2015

---

Professora Orientadora (Dr<sup>a</sup> Heide Landi)

---

Professor Examinador:

## Dedicatória

*Dedicamos esse trabalho primeiramente a Deus pela vitória alcançada, aos nossos familiares e amigos pelo apoio e incentivo. Dedicamos também esse trabalho aos docentes do Centro Universitário São Camilo, por contribuírem significativamente para a nossa formação, em especial a Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Heide Landi, pela dedicação para conclusão deste estudo.*

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente **in memória minha mãe Benedita Santos** que teria orgulho em ver sua “caçula” realizando um sonho.

Agradeço ao meu amado pai **Paulo Lima** que me ensinou valores como honestidade e educação.

Agradeço a minha irmã/mãe **Solange Mariank** que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos.

Agradeço aquele que impulsiona a minha vida todos os dias e colaborou por todos esses anos (que não foram fáceis). Meu marido **Claudinei Silva** que amo!

Agradeço as razões da minha vida, o motivo pelo qual preciso evoluir e adquirir outros conhecimentos. A minha princesa **Natalia Lima** que foi compreensiva com as minhas ausências e minha princesa **Heloisa Lima** que tinha 4 aninhos quando comecei a estudar e que me cobria de beijos apertados de saudades.

Agradeço a **Márcia Escobar** minha companheira de todos os dias. Uma amiga que completou a “minha metade” em todos os semestres na faculdade.

Agradeço a querida **Profª. Dra. Heide Landi**, por todos os ensinamentos e carinho.

Agradeço aos mestres, por todos os ensinamentos e pelo prazer da profissão.

*O tema estudado neste trabalho condiz com a realidade de uma mulher balzaquiana que para concorrer ao mercado de trabalho no século XXI, precisou enfrentar os obstáculos para adentrar em uma universidade, além de conciliar os estudos com a família, casa e trabalho.*

**Cilmara Lima**

Agradeço primeiramente a **Deus**, pela força dada para enfrentar todos os desafios ao longo do curso.

A minha **família**, pelo apoio e compreensão.

Aos meus **amigos**, que contribuíram direta ou indiretamente para que eu alcançasse meu objetivo.

A minha dupla **Cilmara** pela parceria para a realização deste trabalho e pela companhia e amizade durante estes quatro anos.

A **professora e orientadora Heide Landi** por partilhar seus conhecimentos conosco.

Ao **Centro Universitário São Camilo**, por fazer parte desta conquista tão importante para a minha vida.

**Márcia Escobar**

## Epígrafe

*“O principal objetivo da Educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram.”*

*(Jean Piaget)*



LIMA, Cilmar dos Santos; ESCOBAR, Márcia Santos de. **Políticas públicas à educação balzaquiana: A procura do público balzaquiano pelo ensino superior brasileiro**. 2015 57 F. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração – Linha Empresas) – Centro Universitário São Camilo, São Paulo, 2015.

A procura pela educação superior é comum entre os jovens, que passam pela transição natural do ensino médio para o ensino superior. No entanto, nos últimos anos esse cenário tem sofrido alterações com o aumento do público balzaquiano ingressando nas universidades. Este projeto tem como objetivo identificar as razões que levam o público balzaquiano a retornar os estudos, adentrando em uma universidade, quais são as razões desse retorno e quais os programas que o Governo oferece. Para este estudo foi realizada uma análise de conteúdo, tendo como método de investigação a pesquisa bibliográfica, com caráter descritivo e abordagem qualitativa. As pesquisas do estudo são secundárias e transversais. O governo disponibiliza programas sociais para promover desigualdade independente das diversidades: regional, religiosa, intelectual ou física. Esses programas sociais abordados e subsidiados é um direito do cidadão e são considerados fundamentais para propiciar o retorno do público balzaquiano as universidades. Esse investimento é convertido em melhoria de qualidade de vida para sociedade, considerando que um país com nível elevado de educação, conseqüentemente reduz a desigualdade social, atrai oportunidades e estimula o desenvolvimento econômico.

**Palavras-chave:** Direito à Educação. Ensino Superior. Público Balzaquiano.

LIMA, Cilmara dos Santos; ESCOBAR, Marcia Santos. **Public policies on education Balzac**: Balzac The demand by the Brazilian public higher education. 2015 57 F. Work Course Conclusion (Administration - Business Line) - University Center São Camilo, São Paulo, 2015.

The demand for higher education is common among young people, who go through natural transition from high school to higher education. However, in recent years this scenario has undergone changes with increasing Balzac joining public universities. This project aims to identify the reasons that lead the public to return Balzac studies, entering a university, what are the reasons for this return and which programs the government offers. For this study, a content analysis was made as a research method to literature, with descriptive and qualitative approach. The study's research is secondary and cross. The government provides social programs to promote independent inequality of diversity: regional, religious, intellectual or physical. These addressed and subsidized social programs is a citizen's right and are considered essential to provide the return of Balzac public universities. This investment is converted into improved quality of life for society, whereas a country with high level of education, thus reducing social inequality, attracts opportunities and encourage economic development.

.

**Key-words:** Right to Education, Higher education. Public Balzac.

## **Lista de Quadros**

Quadro 1 - Estrutura do Sistema Educativo Brasileiro.....	25
---	----

## Lista de Siglas

ABE	Associação Brasileira de Educação
EAD	Educação à Distância
EJA	Educação de jovens e adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
FIES	Fundo de Investimento Estudantil
LDBE	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PE	Estado do Pernambuco
PNE	Plano Nacional da Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SP	Estado de São Paulo
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
USP	Universidade de São Paulo

# SUMÁRIO

Resumo

Abstract

1 INTRODUÇÃO .....	14
1.1 Contextualização .....	14
1.2 Problema .....	16
1.3 Objetivo Geral .....	16
1.3.1 Objetivo Específico .....	17
1.4 Justificativa .....	17
1.5 Plano Metodológico .....	18
2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL .....	22
2.1 As fases do desenvolvimento da educação superior brasileira .....	22
3 PROJETOS EDUCACIONAIS GOVERNAMENTAIS .....	29
3.1 ENEM .....	31
3.2 PROUNI .....	31
3.3 FIES .....	32
3.4 SISU .....	33
3.5 EDUCA MAIS Brasil .....	33
4 QUAIS SÃO AS CRÍTICAS, BENEFÍCIOS E AS REFLEXÕES SOBRE OS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E O ENSINO SUPERIOR NO PAÍS .....	35
5 BENEFÍCIOS ORIUNDOS DA EDUCAÇÃO .....	38
6 O PORQUÊ DA PROCURA PELAS UNIVERSIDADES PELO PÚBLICO BALZAQUIANO .....	40
6.1 Aumento da demanda .....	40
6.2 A busca pelo sonho para realização pessoal .....	42
6.3 Novas alternativas .....	42
6.4 Marketing intensivo das universidades .....	43
6.5 Sede de desafio .....	44
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	49
REFERÊNCIAS .....	51

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização

Conforme Art. 205 da Constituição Federal de 1988, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (DIREITO À EDUCAÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA, 2011).

Segundo o dicionário Aurélio, “educação é um processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral”. O ser humano necessita da educação para tornar agradável o seu convívio em sociedade. A educação é o desenvolvimento individual, do corpo, mente e emoções, do comportamento e agregação de conhecimento. Com a intenção de satisfazer essas necessidades em sua plenitude foram criadas as universidades.

A universidade é reconhecida, a priori como o lugar da produção e da reflexão crítica do conhecimento. Entretanto, com a crescente subordinação da vida acadêmica à lógica do mercado, a reflexão crítica vem perdendo espaço para a mera “profissionalização” da força de trabalho e a fragmentação dos saberes e a mera reprodução de conteúdos e de padrões de pesquisa são cada vez mais comuns na vida acadêmica. Com a centralidade na “especialização” do conhecimento e a sua desconexão com o mundo real, que não pode ser dividido em disciplinas, a universidade perde sua identidade mediadora e crítica radical dos saberes. Diante da emergente necessidade de oferecer cursos cada vez mais atrativos a um concorrido mercado de trabalho e da relativa ilusão de inclusão social através do título acadêmico, a universidade está confrontada com o dilema de se adaptar à lógica em curso sem, no entanto, descaracterizar-se como instituição (REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO, 2006)

A entrada da universidade privada no país, estabeleceu-se a priori por meio de uma ampliação das atividades em que os empresários da área da educação já desempenhavam na esfera do ensino básico. Contudo, com essa mesma mentalidade organizacional passaram a gerir as iniciativas privadas no ensino universitário, com intuito de trazer a comprovada eficiência empresarial, antes

adquirida no ensino básico, para o ensino universitário. E conseqüentemente alcançar neste nível, a superioridade organizacional da empresa particular em relação à instituição pública. De ordem propriamente política, resultaram duas implicações. Em primeiro lugar, a proliferação de escolas privadas de ensino superior propiciando o acesso para uma elevada camada da classe média ao ensino superior, permitindo assim a uma expectativa que se vinha tornando cada vez maior. Em segundo lugar, o caráter próprio dessas organizações empresariais supunha naturalmente um perfil de curso superior significativamente distinto daquele dos cursos em instituições públicas (SILVA, 2001, p. 295).

Segundo Silvas, (2012), a educação tem sido valorizada por vários fatores como, por exemplo, a demanda por melhores e maiores competências para encarar o mercado de trabalho, o desejo das famílias de ascender socialmente por meio da educação, as características da sociedade do conhecimento, a defesa dos direitos sociais e uma economia que necessita de conhecimento tecnológico e científico.

Quando surgiu a primeira universidade do mundo, na Itália, por volta do ano de 1150, o público alvo eram pessoas mais experientes e maduras que se uniam para partilhar e adquirir conhecimentos. No que diz respeito à educação superior na atualidade, o público ingressante mais comum tem entre dezoito e vinte e quatro anos. No entanto, nos últimos anos, esta situação tem sido alterada. Cada vez mais pessoas de mais idade têm-se interessado pelo ensino superior, assim como era antigamente (FARIA, 2015).

A Educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO, 1998). Nesse sentido, destacam-se os programas de acesso à educação superior desenvolvidos pelos últimos governos no Brasil, como, por exemplo, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), Sistema de Seleção Unificada (SISU), Financiamento Estudantil (FIES). Os quais nada mais fazem do que cumprir com seu dever de prover formas que facilitem o acesso das pessoas ao ensino (BRASIL, 2015).

Portanto, nesta pesquisa, para referir-se ao público pesquisado, será utilizado o termo Balzaquiano. Este termo surgiu para designar mulheres maduras, após a obra de Honoré de Balzac 'A mulher de 30 anos', um romance escrito para destacar a força e a delicadeza feminina ao lidar com problemas amorosos. Para esta pesquisa, no entanto, será utilizado este termo referindo-se a homens e mulheres acima de 30 anos.

## **1.2 Problema**

Segundo Kerlinger (1980, p. 35), problema “é uma questão que mostra uma situação necessitada de discussão, investigação, decisão ou solução”.

A definição do problema é a base para alcançar o sucesso na pesquisa. Sendo assim é fundamental ter uma dúvida em relação a qualquer assunto da sociedade para dar início a uma pesquisa. Para Ludke e André (1986, p. 17), um problema existe apenas quando há um objetivo a ser alcançado, e para chegar neste objetivo é necessário pensar em estratégias para resolver e entender as dúvidas conflitantes a partir da conciliação dos dados obtidos com a exploração das informações. Cervo e Bervian (2002, p. 85), complementam colocando que “desde Einstein, acredita-se que é mais importante para o desenvolvimento da ciência saber formular problemas do que encontrar soluções. ”

O problema central desta pesquisa será?

Que razões levam o público balzaquiano a ingressar no Ensino Superior e de que forma isso impacta na sociedade?

Para responder a esta pergunta serão analisados dados secundários, e análise de fatos da atualidade que evidenciam o impacto deste fenômeno no mundo contemporâneo.

## **1.3 Objetivo Geral**



Objetivo é um alvo que se pretende alcançar por meio de estratégias adotadas pelo pesquisador. Por meio dos objetivos, indicam-se a pretensão de abrangência do tema de pesquisa. “O objetivo de uma pesquisa responde às questões para quê? E para quem?” (LAKATOS; MARCONI, 1992, p. 102).

A finalidade deste projeto de pesquisa é entender os motivos que levam o público balzaquiano às universidades, bem como as formas adotadas pelo governo para apoiar esse público.

### **1.3.1 Objetivos Específicos**

Os objetivos específicos apresentam um caráter concreto de ação e resolução para a pesquisa. Para Cervo e Bervian (2002, p. 83), os objetivos específicos aprofundam as intenções expressas nos objetivos gerais.

Sendo assim, para alcançar os objetivos específicos, esta pesquisa propõe:

- Revisar a história da educação superior no Brasil;
- Verificar projetos educacionais oferecidos pelo Governo;
- Identificar o porquê da procura pelas universidades e a aceitação do público Balzaquiano para estes projetos governamentais.

### **1.4 Justificativa**

Justificativa geralmente é o elemento que contribui mais diretamente na aceitação da pesquisa pelas pessoas ou entidades que vão financiá-la. Consiste em uma exposição sucinta, porém completa, das razões de ordem teórica dos motivos de ordem prática que tornam importante a realização da pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 2008, p.107)

Nos últimos anos, com o aumento da demanda pelo ensino superior por parte do público Balzaquiano, procura-se entender os impactos que isso traz à sociedade, bem como analisar se o governo apoia de forma eficiente a inclusão dessas pessoas no âmbito acadêmico (BRASIL, 2014).

Segundo uma pesquisa divulgada pelo IBGE, na comparação com os países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil tem a menor proporção de pessoas com o ensino superior na faixa de 25 a 34 anos. No entanto, entre 2004 e 2013 o índice praticamente dobrou, passando de 8,1% para 15,2%, respectivamente.

A educação é uma ferramenta de valor tão eficiente e tem o poder de proporcionar crescimento pessoal e profissional. Isso, de certa forma, esclarece o aumento de alunos nas universidades nos últimos anos, uma vez que a concorrência no mercado de trabalho tem exigido cada vez mais pessoas qualificadas para ocupar cargos de maior responsabilidade. Contudo, a necessidade de se especializar em alguma área, torna-se fundamental para conquistar uma melhor posição profissional e o principal papel das universidades é preparar o aluno para enfrentar tais desafios e estimular a procura por novas oportunidades.

### **1.5 Plano Metodológico**

Para fazer ciência é indispensável adotar um método científico aceito, que se caracteriza como meio de chegar aos objetivos previamente definidos (UNISC. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2003).

O método deriva da metodologia e tem como prioridade tratar do conjunto de processos, onde se possa produzir determinado objeto, conhecer uma determinada realidade, desenvolver comportamentos e procedimentos. O conceito por método, segundo diversos autores compreende-se:

O método é, portanto, uma forma de pensar para se chegar à natureza de um determinado problema, quer seja para estudá-lo, quer seja para explicá-lo (OLIVEIRA, 2002, p. 57).

Em uma visão geral, é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um resultado almejado. Nas ciências, entende-se por método o conjunto de processos que o espírito humano deve empregar na investigação e demonstração da verdade (CERVO; BERVIAN, 1978, p. 17). O

método tem como particularidade ajudar a compreender, no sentido mais amplo, o próprio processo de investigação e não os resultados da investigação científica. (KAPLAN apud GRAWITZ, 1975, I, p. 18).

O método de pesquisa utilizado neste projeto será a análise de conteúdo. Essa técnica abrange o estudo dos dados para se identificar o que está sendo dito sobre determinado tema.

Segundo o autor Rauen, análise de conteúdo é:

[...] é a parte que apresenta os resultados obtidos na pesquisa e analisa-os sob o crivo dos objetivos e/ou das hipóteses. Assim, apresentação dos dados é a evidência das conclusões e a interpretação consiste no contrabalanço dos dados com a teoria (RAUEN, 1999, p. 141).

A análise de conteúdo será baseada em dados disponíveis referentes aos programas de apoio e incentivo fornecidos pelo governo para a sociedade, serão analisados argumentos do setor de educação, as legislações vigentes, com a finalidade de identificar as percepções das partes envolvidas.

O objetivo do projeto é sugerir uma discussão ao mesmo tempo abrangente e concisa da natureza, metodologia e possibilidades da análise de conteúdo dentro da pesquisa em Educação.

Neste projeto, o meio de investigação empregado será a pesquisa bibliográfica, encontrada principalmente em artigos científicos, livros, revistas, jornais, sites governamentais, teses, monografias, assim como arquivos particulares e/ou públicos que proporcione referências ao tema proposto no estudo.

Pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mais também pode esgotar-se em sim mesmo (VERGARA, 2007, p. 48).

A pesquisa bibliográfica, compreende toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas e tem como finalidade inserir o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto (FONSECA, 2009, p. 22).

Entretanto, uma das principais críticas à pesquisa qualitativa é a falta de representatividade, isto é, não permite generalizações e sendo por demais subjetiva. Este aspecto decorre, sobretudo, da proximidade entre pesquisado e o pesquisador. A pesquisa qualitativa, por não ter caráter explicativo, sofre críticas, por se embasar em caráter narrativo e descritivo. [...] Tais críticas, entretanto, só seriam válidas a partir do paradigma quantitativo, visto que, em pesquisas qualitativas, a intenção não é generalizar, mas sim descrever, analisar, buscar compreender. Nessa perspectiva, a validade estaria relacionada com a coerência interna da pesquisa (MARTINS, 2004, p. 294).

No presente estudo, a abordagem aplicada será a qualitativa, uma vez que não será empregado o estudo de dados estatísticos como centro da análise, e sim a relação causa e efeito dos fatos abordados, com intuito final de classificação e descoberta da relação entre os itens variáveis entre si e não sua medida ou enumeração estatística.

[...] a pesquisa qualitativa busca descrever e compreender um fenômeno, e não explicá-lo ou fazer previsões. Tais descrição e compreensão estão restritas a um contexto específico a partir do qual se chega a um tipo de conhecimento distinto do que é alcançável por procedimentos estatísticos ou por outras formas de quantificação. Em vez de explicar, busca-se descrever. Em vez de prever, busca-se compreender. Em vez de generalizar, busca-se a possibilidade de extrapolação para situações com contextos similares (GOLAFSHANI, 2003).

Segundo Marschall (1989), na pesquisa qualitativa “as questões e os problemas para a pesquisa vem de observações no mundo real, dilemas e questões”.

Como a base de abordagem será qualitativa com foco na observação, o raciocínio trabalhado será o dedutivo, que permite partir as observações de campos gerais para se alcançar conclusões particulares.

“... o seu perfeito conhecimento nunca será satisfatório com a utilização exclusiva do método dedutivo, pois sabe-se que o bom resultado de uma pesquisa depende do conhecimento obtido de outras ciências que podem trabalhar com métodos diferentes” (PARRA FILHO; SANTOS, 1998).

As fontes de pesquisa do estudo serão secundárias, com base em livros, artigos científicos, revistas, documentos públicos oficiais. Conforme descrito anteriormente, serão avaliadas as informações fornecidas por sites governamentais, livros e revistas e argumentações dos órgãos reguladores do setor da educação, a fim de mensurar e analisar as informações coletadas, visando expor os resultados obtidos de forma consolidada.

O autor Richardson (1999, p. 253) dá a seguinte definição de fontes secundárias “É aquela que não tem uma relação direta com o acontecimento registrado, senão através de algum elemento intermediário”.

## 2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Desde o século XVI, o desenvolvimento do sistema educacional superior brasileiro, as suas origens e características, podem ser considerados um caso atípico no contexto latino-americano. Comparado às universidades fundadas pelos espanhóis em seus domínios na América, que eram instituições religiosas. Quase três séculos depois surge o sistema da educação superior no Brasil (OLIVEN et al., 2002, p. 25).

Os estudantes da elite colonial portuguesa, considerados portugueses nascidos no Brasil, tinham de se deslocar até a metrópole. Na Colônia, o ensino formal esteve a cargo da companhia de Jesus: os jesuítas dedicavam-se desde a cristianização dos indígenas organizados em aldeamentos, até a formação do clero, em seminários teológicos e a educação dos filhos da classe dominante nos colégios reais. Nesses últimos, era oferecida uma educação medieval latina com elementos de grego, a qual preparava seus estudantes, por meio dos estudos menores, afim de poderem frequentar a Universidade de Coimbra, em Portugal (OLIVEN et al., 2002, p. 25).

A Universidade de Coimbra tinha como missão, acolher os filhos da elite portuguesa que nasciam nas Colônias e desenvolver uma homogeneidade cultural da superioridade da metrópole em relação a Colônia, avessa a questionamentos à fé do catolicismo. (OLIVEN et al., 2002, p. 25).

Em 1827, foram criados dois cursos de Direito, nas cidades de Olinda (PE) e outro em São Paulo (SP). Além desse curso, os cursos de Medicina e Politécnica foram os primeiros que surgiram no país. “Possuíam uma orientação profissional bastante elitista. Seguiam o modelo das Grandes Escolas francesas, instituições seculares mais voltadas ao ensino do que à pesquisa”. (OLIVEN et al., 2002, p. 25-27).

### 2.1 As fases do desenvolvimento da educação superior brasileira

[...] em 1920, foi criada a primeira universidade no Brasil, meados das comemorações do Centenário da Independência (1922). Efeito do decreto nº 14.343,

a Universidade do Rio de Janeiro, reunia administrativamente, Faculdades profissionais pré-existentes sem, contudo, oferecer uma alternativa diversa do sistema: ela era mais voltada ao ensino do que à pesquisa, elitista, conservando a orientação profissional dos seus cursos e a autonomia das faculdades. Comentava-se, à época, que uma das razões da criação dessa Universidade, localizada na capital do país, devia-se à visita que o Rei da Bélgica empreenderia ao país, por ocasião dos festejos do Centenário da Independência, havendo interesse político em outorgar-lhe o título de Doutor Honoris Causa. (OLIVEN et al., 2002, p. 26).

Na república velha em 1924, foi criada a Associação Brasileira de Educação (ABE), que tinha como meta a criação do Ministério da Educação (MEC). Este foi criado anos depois, já na república nova do governo Getúlio Vargas, em 1930. Entretanto, no ano seguinte, Francisco Campos, primeiro titular do presidente Getúlio Vargas, aprovou o Estatuto das Universidades Brasileiras, onde declarou que: a universidade poderia ser livre, isto é, particular ou oficial pública (estadual, municipal ou federal), porém, deveria incluir três cursos entre Medicina, Educação, Direito, Engenharia, Ciências e Letras. Essas universidades seriam ligadas por intermédio de uma reitoria, por vínculos administrativos, preservando a sua autonomia jurídica. (OLIVEN et al., 2002, p. 27).

Segundo Oliven (2002), as políticas do novo Ministério da Educação desapontaram os educadores da ABE, devido a ênfase dada à criação de uma faculdade de Educação, a fim de formar professores do ensino secundário. Esses eram os planos de Francisco Campos, o qual tinha como prioridade o ensino médio, tais planos iam de encontro aos objetivos dos educadores que se preocupavam com a criação de uma universidade direcionada as atividades de pesquisa.

A atuação da Igreja Católica como formadora do caráter humanista da elite brasileira e o papel do governo federal como normatizador do ensino superior, eram os principais pontos de discórdia. Em poucos anos, foram criadas três universidades que revelaram divisões ideológicas entre políticos, líderes religiosos da época e educadores. (OLIVEN et al., 2002, p. 30).

A Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, representou um divisor de águas na história do sistema brasileiro de educação superior. Para concretizar esse plano político, foram reunidas faculdades tradicionais e independentes, dando origem à nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que contou com professores pesquisadores estrangeiros, principalmente da Europa. A USP tornou-se o maior centro de pesquisa do Brasil, concretizando o ideal de seus fundadores. (OLIVEN et al., 2002, p. 30).

Em 1935, Anísio Teixeira (Diretor de Instrução do Distrito Federal) criou a Universidade do Distrito Federal, direcionada a renovação e ampliação da cultura e aos estudos desinteressados. Por intermédio dos laboratórios já existentes e com o apoio dos docentes simpáticos a iniciativa, as atividades de pesquisa foram estimuladas. No entanto, em prol de seu posicionamento liberal, Anísio não pôde contar com apoios políticos que dessem sustentabilidade a seu projeto, e em menos de quatro anos, a Universidade foi extinta, através de um decreto presidencial. (OLIVEN et al., 2002, p. 28).

Em 1939, Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde na era Vargas, tomou proveito do autoritarismo do Estado Novo para introduzir seu projeto universitário, a criação da Universidade do Brasil, que seria um modelo único de ensino superior para todo o território brasileiro. Esse projeto constituiu-se no exemplo mais significativo da centralização autoritária do ensino superior brasileiro. (OLIVEN et al., 2002, p. 28).

Nos anos 30 houve o marco da consolidação da sociedade urbano-industrial brasileira e a criação de novos empregos urbanos tanto no setor público como privado. Conseqüentemente aumentaram as matrículas nas universidades a partir do aumento da demanda. (PORTAL.ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROS AMERICANOS, 2015 p. 21).

A partir da década de 40, com a expansão de ensino de nível médio e a maior aceitação da participação da mulher no mercado de trabalho, principalmente no magistério, novos cursos pertencentes às Faculdades de Filosofia passaram a ser frequentadas por moças que ingressaram na universidade e aspiravam dedicar-se ao magistério de nível médio. Essas faculdades disseminaram-se pelo país, sendo



que, a maioria delas, não passava de um aglomerado de escolas, nas quais cada curso preparava um tipo específico de professor de história, de matemática, de química e etc. A escassez de recursos materiais e humanos limitou esses cursos às atividades de ensino sem qualquer comprometimento com a pesquisa. (OLIVEN et al., 2002, p. 30).

Em 1946, através do Decreto nº 8.681, de 15/3/46, surgiu a primeira universidade católica do Brasil, “*que no ano seguinte foi-lhe outorgado, pela santa fé, como Pontífica*”.

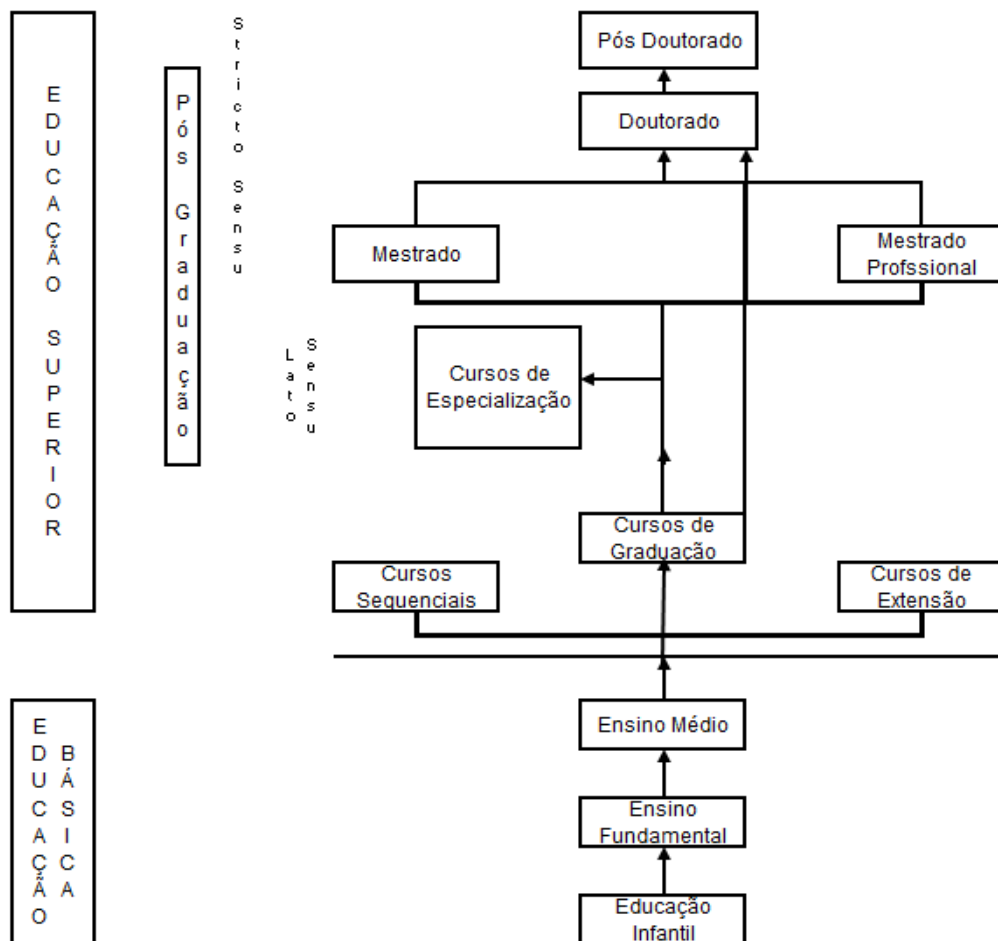
Em 1961, após um período de 14 anos de tramitação no Congresso Nacional, foi promulgada a Lei nº 4.024, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Mesmo possibilitando certa flexibilidade na sua implementação, na prática, essa lei reforçou o modelo de instituições de ensino superior vigente. (BRASIL, 1996).

Em 1968 houve aprovação no Congresso Nacional da Lei nº 5540 que criava os departamentos, o vestibular classificatório, os cursos de curta duração, o sistema de créditos, o ciclo básico dentre outras inovações. Com isso, surgiram-se os departamentos dentro das universidades, os vestibulares passaram a ser classificatório ao invés de eliminatório, houve a valorização da titulação dos docentes (BRASIL, 1996).

[...] essa reforma possibilitou a profissionalização dos docentes e criou as condições propícias para o desenvolvimento tanto da pós-graduação como das atividades científicas no país. (OLIVEN et al., 2002, p. 33).

No ano de 1996 foi criada a nova Diretriz de Bases de Educação Nacional foi criada a lei nº 9.394, para introduzir nas instituições de ensino e os cursos de graduação um processo regular e sistematizado de avaliação, condicionando seus credenciamento e credenciamento. Caso haja alguma deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES), através da lei, estabelecer-se-á um prazo para solucioná-las ou se não houver correções, as instituições de ensino, poderão ser descredenciadas. (BRASIL, 1996). Nessa nova diretriz foram estabelecidas as modalidades de ensino, como mostra o quadro abaixo

**Quadro 1 - Estrutura do Sistema Educativo Brasileiro**



Fonte: (OLIVEN, et al. 2002, p. 39).

O ensino superior brasileiro é oferecido por centros de educação tecnológica, centros universitários, institutos superiores, faculdades e universidades. Sendo, três tipos de graduação: bacharelado, licenciatura e formação tecnológica. Os cursos de pós-graduação são divididos em lato sensu (MBAs e especializações) e strictu sensu (doutorados e mestrados). O aluno poderá cursar as aulas de maneira presencial (cumprindo 75% das frequências e avaliações), pela metodologia de ensino à distância EAD (através da internet com o auxílio de apostilas, livros) ou pela metodologia semipresenciais (um sistema misto de aulas presenciais e em EAD). (PORTAL BRASIL, 13 nov 2009).

No Brasil, a educação superior compreende um sistema diversificado e complexo com diferentes cursos e programas, incluindo níveis de ensino nas IES públicas e privadas. A partir da Reforma Universitária preconizava-se que o ensino superior deveria ser ministrado em universidades e organizações como instituições de direito privado ou público. E que as universidades deveriam ter autonomia financeira, disciplinar, administrativa e didático-científica seguindo, é claro, as Leis e os estatutos. (NEVES, 2012, p. 4).

Segundo Franco (2008), evidentemente, o mérito em expandir o ensino superior no país como um instrumento de democratização da educação é algo louvável [...]. Entretanto, há de cautelar quanto aos riscos de um possível crescimento desordenado no setor privado, que envia milhares de pedidos de abertura de novos cursos para o MEC, acirrando a concorrência, multiplicando os cursos, causando o fracionamento de recursos que deveriam ser destinados aos cursos já existentes nestas instituições e por consequência, provocando não raramente resultados qualitativos muito aquém do desejável nestas escolas.

O Estado tem como direito e obrigação, cobrar por meio dos padrões de qualidade, as IES para atender as necessidades reais e demandas sociais [...] inclusive os menos favorecidos, seja pelo não acesso, seja pelos benefícios diretos da produção acadêmica. Daí a importância de o poder público atuar não exclusivamente em ações de racionalização de recursos, mas de fomento de iniciativas de valorização de profissionais da educação, políticas para ensino superior, e da qualidade na educação básica como via de acesso às escolas superiores. (FRANCO, 2008, p. 56).

Segundo Franco (2008), institui-se a ampliação da autonomia para as instituições na organização de seu projeto pedagógico e seu plano de desenvolvimento institucional. Como consequência desta autonomia institucional, e do aumento das unidades de ensino, é fundamental que os profissionais que atuam nestas escolas superiores estejam também nutridos do compromisso da pesquisa, da competência para o ensino e da consciência da função social da educação superior, o que pressupõe ampla discussão com os diversos segmentos da

academia, e implantação de mecanismos de regulação do desenvolvimento institucional, da produção acadêmica e dos seus resultados.

Para medir a qualidade dos cursos de graduação no País, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Ministério da Educação (MEC) utilizam o Índice Geral de Cursos (IGC), divulgado uma vez por ano, logo após a publicação dos resultados do Enade. O IGC usa como base uma média dos conceitos dos cursos de graduação da instituição, ponderada a partir do número de matrículas, mais notas de pós-graduação de cada instituição de ensino superior. (PORTAL BRASIL, 13 nov 2009).

Em 2014 o Ministro da Educação, na época José Henrique Paim, defendeu os mecanismos de avaliação do ensino superior e a relevância de aprimorar esse grau de ensino. Acreditava que não era somente necessário expandir o ensino superior, mas sim crescer com qualidade, melhorar a aprendizagem, para que os estudantes possam seguir suas carreiras profissionais. [...] não existe sistema de avaliação perfeito, mas ao longo dos anos temos que ir reduzindo as imperfeições para ter um sistema robusto e traçar os rumos da educação superior, definir quais os parâmetros que temos de qualidade (PORTAL BRASIL, 02 dez 2014).

### 3 PROJETOS EDUCACIONAIS GOVERNAMENTAIS

Um projeto governamental é uma iniciativa criada pelo governo e as ações envolvidas são pensadas para contribuir com o crescimento e desenvolvimento de um país, contribuindo para avançar em inclusão social (BRASIL, 2015).

A implantação de um projeto pretende criar oportunidades de inclusão social, e está ligada ao desenvolvimento socioeconômico e humano de uma sociedade que tem o objetivo de estabelecer a igualdade de oportunidades e direitos a todas as pessoas, independente da condição social, mental, física política, filosófica, religiosa, étnica ou de gênero (GUGEL, 2004).

Os programas de incentivo e apoio ao acesso à educação superior, criados pelo governo, têm como objetivo principal promover mudanças de melhoria nas condições de vida do país, reduzir a desigualdade social independente das diversidades regionais e assim desenvolver socioeconomicamente a população (BRASIL, 2015).

Estes programas são apoiados por IES, que ao receberem os alunos bolsistas de classes menos favorecidas dão-lhes a oportunidade de crescer socialmente. Esse apoio patrocinado pelo governo proporciona uma efetiva igualdade de oportunidade de acesso ao meio acadêmico, visto que o governo arca com o pagamento parcial ou integral de bolsas de estudo. O papel das IES em apoiar projetos dessa natureza é fundamental para estimular e desenvolver o aprendizado, a gestão e a aplicação da disseminação do conhecimento. As instituições assumem o papel da responsabilidade social e compromisso com a sociedade, uma vez que se comprometem com o desafio de apoiar a construção de uma sociedade cada vez mais justa e igualitária. Há uma correlação entre o papel das IES e do governo, ambos devem trabalhar e empenhar-se em conjunto para surtir o efeito de melhorias contínuas no país (BRASIL, 2015).

Nos dias atuais, o conhecimento é um fator primordial para o desenvolvimento humano. Sendo assim, aumenta constantemente a necessidade de avanços no ensino superior. Para isso, é necessário democratizar o acesso ao ensino superior,

possibilitando que qualquer pessoa, possa ter a chance de expandir seus conhecimentos (MARTINS, 2000, p. 42)).

Aplicar meios de inclusão para ingresso nas universidades faz com que o governo entre em desafios, por ter que equilibrar o crescimento econômico com a distribuição de renda, uma vez que, quanto maior o número de universitários, a geração de empregos aumenta e a valorização dos cargos também. Apesar de reconhecer a importância do crescimento econômico para geração de empregos, elevar a formalização no mercado de trabalho e combater a pobreza, não se deve considerar que apenas esse crescimento econômico é capaz de acarretar o desenvolvimento social (DELGADO; THEODORO, 2009).

Para listar os principais objetivos da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o PNE (Plano Nacional da Educação) por meio da Constituição Federal, em seu art. 43, constitui o intento da educação:

(1) estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; (2) formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; (3) incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; (4) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação (BRASIL, 1996).

A seguir serão considerados os projetos governamentais educacionais aplicados no Brasil:

### **3.1 ENEM**

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado em 1998 com o objetivo de diagnosticar a qualidade do ensino médio do país. Em 2009, o exame ganhou uma nova função: selecionar ingressantes nos cursos superiores de faculdades e universidades federais (UOL Educação, 2013).

O ENEM tem como objetivo principal avaliar o desempenho escolar e acadêmico ao fim do ensino médio. O exame é utilizado como critério de acesso do participante a programas governamentais (UOL Educação, 2013).

Seguem abaixo os programas de acesso a educação criados pelo governo, no sentido de promover à inclusão social:

### **3.2 PROUNI**

O Programa Universidade para todos (PROUNI), foi criado em 2004 pela Federação, tem como objetivo a concessão de bolsas de estudos parciais ou integrais em IES privadas, para cursos de graduação ou cursos de formação específica para estudantes sem diploma de nível superior. As universidades que aderem ao programa recebem isenções em tributos e os estudantes que podem participar são os egressos do ensino médio bolsistas da rede particular e em sua grande maioria os da rede pública que possuem renda per capita de até três salários mínimos (GUIA DO ESTUDANTE, 2014).

A seleção é baseada no desempenho e nota obtida no ENEM realizado naquele mesmo ano e o candidato tem que ter alcançado no mínimo 400 pontos na média das notas do exame e obter nota superior a zero na redação (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2015).

Segundo dados obtidos pela Secretaria de Educação Superior, no ano de 2005, o programa em seu primeiro processo seletivo, proporcionou 12 mil bolsas de estudos em 1.142 instituições em todo país.

Para obter segurança e transparência no processo de seleção, o programa possui um sistema de seleção impessoal e informatizado.

“[...] o PROUNI reserva um percentual das bolsas ofertadas aos afrodescendentes, indígenas e deficientes. Os professores também possuem critérios diferenciados de participação no programa, o que vem ao encontro da

política de incentivo à formação docente e qualificação da educação básica pública” (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2015)

### **3.3 FIES**

O Ministério da Educação (MEC) criou em 1999, o Fundo de Investimento Estudantil (FIES), que é um programa com a finalidade de financiar cursos de graduação para estudantes matriculados em IES particulares. O curso escolhido pelo estudante deve estar dentro dos padrões de avaliação exigidos pelo MEC.

O programa é gerido pelo Ministério da Educação que é responsável pelas políticas educacionais norteadoras do programa e pela Caixa Econômica Federal que tem como responsabilidade as operações financeiras (BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2015)

Conforme informações disponíveis no site do Globo (2015), o MEC [...] publicou na edição do “Diário Oficial da União” uma portaria que oficializa as novas regras para o Fundo de Investimento Estudantil (FIES) no segundo semestre de 2015 anunciadas pelo ministro da educação, Renato Janine Ribeiro. Esse documento não cita a data de abertura das inscrições e nem o total de vagas que serão disponibilizadas para o processo seletivo. No entanto, a portaria indica que haverá novas mudanças no sistema como, por exemplo, citado no documento, a informação de que os cursos com notas 4 e 5 nas avaliações do MEC, terão um maior número de vagas ofertadas. [...] haverá prioridade para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (excluindo Distrito Federal) e também para os cursos como engenharia, áreas da saúde e formação de professores. Nas novas regras, tais cursos terão prioridade por serem considerados estratégicos para atender as demandas sociais e auxiliar no desenvolvimento do país.

Outras mudanças dizem respeito aos estudantes que são portadores de diplomas de ensino superior, os quais não mais poderão participar do programa. Os candidatos deverão ter nota final igual ou acima de 450 pontos no ENEM e possuir



renda familiar mensal bruta per capita de até 2,5 salários mínimos (GLOBO EDUCAÇÃO, 2015).

Conforme as novas regras oficializadas pelo MEC, a taxa de juros sofreu um aumento significativo, que desde 2010 eram 3,4% ao ano e agora serão 6,5% ao ano. Como justificativa, o governo diz que será necessário corrigir as taxas com o mercado de crédito e é necessário fortalecer a sustentabilidade do programa, para que o médio prazo, os formando possam financiar novos alunos. Outra medida relevante foi a alteração do teto da renda familiar, que anteriormente era de até 20 salários mínimos. A justificativa apontada pelo governo:

O Fies é para os estudantes que são mais pobres e precisam de financiamento. Não é mais (a família com renda de) R\$ 15 mil que tem direito ao Fies, são valores mais baixos, mas que ainda atingem muitas pessoas”, afirmou o ministro da educação. O governo diz que 90% das famílias estão no novo limite de renda (GLOBO EDUCAÇÃO, 2015).

### **3.4 SISU**

O Sistema de Seleção Unificada (SISU) é um sistema informatizado e desenvolvido pelo MEC, com o objetivo de selecionar candidatos para as vagas das IES públicas. O processo de seleção é com base no resultado do ENEM (SISU. SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA, 2015).

### **3.5 EDUCA MAIS Brasil**

Criado em 2004, o Educa Mais Brasil disponibiliza para os brasileiros de baixa renda até 100% do valor das mensalidades. Como critérios de seleção, o candidato deve escolher uma vaga disponível em uma instituição participante do programa e o mesmo não pode ter condições de arcar com as mensalidades do curso pretendido. No sistema são mais de 10 mil instituições cadastradas no programa, entre universidades e faculdades. Este é um programa de inclusão educacional que objetiva contribuir com o desenvolvimento educacional do país e já beneficiou até os dias atuais, mais de 300 mil alunos (EDUCA MAIS BRASIL, 2015).

Para inserir-se no programa, o candidato deverá fazer a inscrição preenchendo alguns dados, como: escolher o curso, série, instituição de ensino, depois deverá pagar o valor equivalente a primeira mensalidade, fazer o processo seletivo conforme as regras da instituição escolhida e por fim efetuar sua matrícula (EDUCA MAIS BRASIL, 2015).

#### **4 QUAIS SÃO AS CRÍTICAS, BENEFÍCIOS E AS REFLEXÕES SOBRE OS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E O ENSINO SUPERIOR NO PAÍS**

Atualmente se constata entre o ensino fundamental público e a universidade pública, o desinteresse generalizado do governo em termos de qualidade de ensino.

[...] distância só tende a aumentar se persistirem, de um lado, o processo de deterioração do ensino básico público e, de outro, as exigências para o ingresso nas universidades públicas. Parece claro, diante disto, que a alternativa para que se diminua o "elitismo" não pode ser a adaptação da universidade à indigência do ensino básico, mas sim a recomposição da escola pública (SILVA, 2001).

E esta é uma questão política porque tal recomposição dependeria de uma profunda revisão das prioridades que orientam a atuação dos governos (SILVA, 2001).

O aumento da escolaridade média da população, assim como a melhoria da qualidade do ensino ofertado constituem desafios a serem superados e, em grande medida, são afetados por desigualdades de várias ordens. No caso brasileiro, a situação educacional da população é profundamente afetada pela ação do Estado, mediante políticas e programas governamentais. Empreender uma avaliação, mesmo que preliminar, sobre a gestão e a organização das políticas educacionais brasileiras nestes últimos 20 anos, constitui complexa tarefa, não apenas devido à profundidade das mudanças, mas também pelo fato destas ainda estarem em curso. A educação superior enfrenta no país uma série de desafios, dentre os quais se destaca a produção de conhecimento enquanto fator potencial de transformação social e de novos horizontes para a redução das desigualdades, com o objetivo de projetar melhoria na qualidade de vida da sociedade brasileira. Numa conjuntura globalizada em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior é cada vez maior (SILVAS, 2012, p. 398).

O problema não é só a reestruturação interna das atividades de ensino. “[...] mas de uma opção política mais ampla, que considere a questão nos seus vários aspectos, o principal dos quais é o resgate da figura do professor da escola pública básica. O alcance das mudanças necessárias exige, pois, uma inflexão decidida num processo histórico de degradação do ensino, que parece ter sido assumido

como irreversível. Assim, a situação que se configura como "elitista" tem raízes profundas fora da universidade, já que os colégios públicos não oferecem condições para que seus alunos possam competir em condições de igualdade com alunos oriundos de instituições de ensino particular. Como não é possível mudar a situação de competitividade, somente a recomposição da escola pública implicaria uma democratização das oportunidades. Vemos então que a "democratização da universidade" não é uma questão que possa ser resolvida somente pela universidade" (SILVA, 2001).

A desigualdade social não é um fenômeno recente. Sua permanência na história do Brasil, se dá devido à constante negação dos direitos e políticas adequadas. Todos os programas abordados anteriormente neste trabalho são ações tomadas pelo governo para ampliar as oportunidades de ensino. A educação é uma base para acelerar o desenvolvimento de um país, e sua melhoria é profundamente afetada pelas atitudes do Estado, pois as políticas sociais por ele criadas serão suporte com a intenção de reduzir a desigualdade (SILVAS, 2012, p. 398).

Para Silva (2001), a democratização do acesso às universidades é um compromisso social. Este compromisso não significa pensar apenas nas necessidades socioeconômicas do sistema vigente ou futuro, mas sim no compromisso social contextual, isto é, envolve tanto a inspiração de uma sociedade mais justa e igualitária quanto à realização do ser humano como indivíduo e cidadão (FÁVERO; IRELAND, 2005).

Em relação aos avanços e as críticas, segundo o diretor executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), Sólton Caldas, O programa PROUNI "[...] trouxe um grande ganho para a educação brasileira. O objetivo principal foi atingido: uma maior inserção de jovens menos favorecidos no ensino superior, que agora têm mais chances de se profissionalizar e garantir seu futuro". (TERRA, 2014). E relata também que, "[...] no Brasil, existe uma inversão: o aluno carente, que não teria condições de pagar um ensino privado é quem paga, e o aluno que vem de uma camada mais favorecida da sociedade acaba ficando com as vagas das instituições públicas, pois teve condições de arcar com estudos nas

melhores escolas privadas. O Prouni ajudou a corrigir uma parcela dessa inversão” (TERRA, 2014).

Segundo reportagem divulgada no PORTAL BRASIL, José Henrique Paim, ao participar de uma reunião com mantenedores de entidades privadas de educação superior, cerca de 40% dos estudantes matriculados nas IES privada usam os programas governamentais PROUNI ou o FIES. São estudantes que tem perfil de baixa renda. E o governo tem um bom desempenho desses estudantes. [...] no Prouni, muitas vezes o desempenho supera o de quem não é cotista do programa. No FIES, temos o desafio de melhorar esse desempenho fazer com que as pessoas tenham um desempenho também nessa direção (PORTAL BRASIL, 02 dez 2014).

## 5 BENEFÍCIOS ORIUNDOS DA EDUCAÇÃO

A educação é um dos princípios base para formação e vivência adequada de um indivíduo na sociedade. Ela é fundamental para plena realização do ser humano e bem-estar de todos. Segundo uma pesquisa realizada em 2013, pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a educação além de proporcionar benefícios para a sociedade por capacitar profissionais para o mercado de trabalho, também trás melhorias à saúde, forma bons cidadãos e refreia a violência.

A expectativa de vida está diretamente ligada à educação, onde as pessoas acima dos trinta anos que haviam cursado o ensino superior vivem mais do que alguém que não completou o ensino médio. E os adultos que alcançam nível de escolaridade superior são mais felizes e satisfeitos do que aqueles que não completaram o ensino médio. Outra parte desse estudo nos indica que a educação contribui para o compromisso dos civis para com a sociedade, isto é, através dela, pensam e refletem melhor em aspectos que envolvem a sociedade em que vivem, tais como, por exemplo, a decisão de escolha de seus representantes e trabalho voluntário (OCDE, 2013).

Com respeito a dados econômicos advindos da educação superior, outro relatório da OCDE, de 2011, aponta que um graduado tem renda mensal de pelo menos 50% a mais do que uma pessoa que estudou até o ensino médio. Segundo esse relatório, 68,2% dos alunos que concluem o ensino superior ganham até duas vezes mais do que a média de um trabalhador sem curso superior. No Brasil, ter um curso superior implica em um aumento de 156% nos rendimentos. São membros da OCDE 30 países, e o Brasil foi o que apresentou o índice mais alto de valorização de renda pelo curso superior de um trabalhador (PORTAL BRASIL, 2011).

A educação poderá alavancar a empregabilidade e melhorar a renda dos indivíduos. Para isso, é preciso levar em consideração os benefícios em longo prazo trazidos pela educação, pois ela remete em melhoria de saúde, coesão social e redução da violência (OCDE, 2013).

Os benefícios de cursar o ensino superior podem ser sentidos em longo prazo. Com o aprimoramento na educação e o investimento em cursos de especialização, tornam-se maior a chance de aumentar a empregabilidade do indivíduo, apesar da alta concorrência entre as vagas disponibilizadas no mercado de trabalho. (PORTAL BRASIL, 2011).

Benefícios como a integração com diversas pessoas, idades, culturas e mentalidades diferentes, auxiliam no crescimento pessoal e profissional. Outros fatores como a expansão do conhecimento a respeito de seus direitos e deveres e desenvolvimento das atividades educacionais, impulsionam a procura por informações e reflexões que são fundamentais para desenvolver as percepções para melhores atitudes no dia a dia, tornando o indivíduo mais inteligente e responsável em todos os sentidos. (OCDE, 2013).

A educação estimula o desenvolvimento do país e quanto maior o índice de profissionais qualificados, maior será o crescimento intelectual das organizações e a diminuição da desigualdade social. (OCDE, 2013).

## **5 O PORQUÊ DA PROCURA PELAS UNIVERSIDADES PELO PÚBLICO BALZAQUIANO**

### **5.1 Aumento da demanda**

Entre os anos 1997 e 2006, houve um aumento relevante de 70% na quantidade de alunos que foram matriculados nos cursos presenciais. Este episódio foi considerado um “boom” para as universidades. No entanto o crescimento vem diminuindo, embora essa porcentagem seja maior do que meados da década de 1990. (PORVIR, 2015).

A busca por maior escolaridade entre brasileiros com mais de 30 anos levou a uma explosão nas matrículas do programa de EJA (Educação de jovens e adultos), antigo supletivo. (..) A fatia dos brasileiros com idade entre 30 e 64 anos na educação básica ou nas universidades atingiu um pico de 5% entre 2003 e 2005. FRAGA, ERICA. Após boom matrículas de jovens e adultos caem no país. (Folha Uol, São Paulo, 15 dez. 2013).

Segundo uma pesquisa publicada em 2013, o Brasil possui 7.037.688 alunos matriculados em cursos de graduação, os quais estão distribuídos em 31.866 cursos. Os ingressantes no meio acadêmico em 2012 alcançaram 2.747.089, representando um acréscimo de 4,4%. Esses dados demonstram o aumento da procura por instituições de ensino superior (BRASIL, 2013).

O número de pessoas com mais de 35 anos que prestaram o ENEM em 2013, chegou a 627.675, 9% do total de candidatos que realizaram a prova. Ainda nesta pesquisa, constatou-se que entre 2011 e 2013 o número de alunos com mais de 40 anos aumentou 27,7%, e que do total de 7,1 milhões de universitários, mais de 640 mil tem entre 40 a 59 anos de idade. Estes dados são do perfil do candidato do Enem 2013, que foram divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão ligado ao MEC. Pode-se perceber que existem possibilidades e espaço para este público, o que viabiliza sua entrada cada vez mais evidente no ensino superior.



Milhares de brasileiros com 30 anos ou mais estão voltando para as salas de aula. As razões são variadas: conseguir um cargo mais alto, um salário maior, o primeiro diploma ou uma segunda graduação, estão entre os principais motivos. ((Redação Mundo Vestibular, São Paulo, 28 set 2015).

Segundo dados do INEP, 1 em cada 3 universitários tem 30 anos ou mais.

O público balzaquiano normalmente já está inserido no mercado de trabalho e tem outras obrigações, como família, filhos e casa.

## **5.2 Motivos para o público balzaquiano fazer uma faculdade**

O público balzaquiano na dúvida se deverão ou não retornar aos estudos, costumam fazer alguns questionamentos, como por exemplo: [...] Mas por que tanta gente está voltando a estudar? Vale a pena fazer uma faculdade depois dos 30 anos? Será que vou dar conta? Entretanto, conforme artigo as vantagens e os benefícios superam essas dúvidas. E esse público após muitos anos longe de uma sala de aula, sentem-se motivados e/ou impulsionados a retornar aos estudos e os motivos podem ser variados (VERONEZI, 2015).

Dentre os motivos que levam essas pessoas a voltar aos estudos, pode-se citar:

Retornar para o mercado de trabalho: Uma motivação para retornar aos estudos, decorrente dos benefícios que uma universidade pode oferecer como, por exemplo: expansão para novos horizontes, convivência com diversas pessoas e culturas diferentes, atualização dos conhecimentos, ampliação da rede de contatos e outro fator predominante que é o recrutamento nas próprias organizações, que se atem aos candidatos com determinação, qualificação e investimento profissional.

Aprimorar a carreira: Mesmo aqueles profissionais que já estão inseridos no mercado de trabalho encontram na universidade uma qualificação que poderá alavancar seu nível profissional, reconhecimento dentro da empresa e, conseqüentemente aumento de salário.

Mudar de profissão: Para o profissional que deseja mudar de área, aprimorar o seu desempenho em uma área semelhante ou aquele que deseja alterar sua

profissão. Até mesmo aquele que deseja simplesmente, obter um diploma, seja por necessidade ou por pressão da organização onde trabalha ou até mesmo recomeçar em uma área com a qual tem-se mais afinidade.

A maturidade é uma vantagem que pode ser considerada motivacional, a experiência adquirida ao longo da vida ajudará a compreender os futuros conhecimentos que serão adquiridos e facilitará as resoluções das cobranças acadêmicas.

[...]. Uma preocupação bastante comum entre as pessoas que pensam em fazer uma faculdade após os 30 anos é a adaptação à sala de aula. É claro que boa parte do sucesso dessa empreitada dependerá da motivação do “novo” universitário. Porém, pessoas mais maduras encontram mais pontos a favor do que obstáculos ao voltarem a estudar. [...] a capacidade de aprender em qualquer época da vida. Basta começar a exercitar o cérebro. Colegas e professores podem se tornar grandes aliados nessa caminhada, se você estiver com a mente aberta para absorver o que eles têm a oferecer. Sim, isso mesmo: até os colegas “adolescentes” podem mostrar a você um mundo novo, ideias diferentes, conteúdos interessantes e pontos de vista enriquecedores. (VERONEZI, 2015).

### **5.3 A busca pelo sonho para realização pessoal**

Voltar a estudar, trás de volta a autoestima, por que o aprendizado estimula a sede por novos conhecimentos. Além disso, o retorno aos estudos por parte dos balzaquianos deixa claro que nunca é tarde para realização de seus sonhos. Essas pessoas que ingressam nas universidades também usam isso como incentivo para seus filhos estabelecerem um objetivo de ter uma carreira, outros para compensar a separação do cônjuge, devido a uma união malsucedida. Há ainda aqueles que decidem estudar após a aposentadoria, quando finalmente conseguem tempo para cuidar mais de si mesmo e não apenas das necessidades de sua família. (SERRA, 2015).

Outra razão pela qual o público balzaquiano sente a motivação para voltar a estudar é o sonho de uma nova carreira ou de melhorar sua empregabilidade. Com mais experiência de vida e de acordo com percepções pessoais, podem decidir com convicção qual carreira desejam seguir, já que muitos quando mais jovens, devido

às circunstâncias não puderam estudar. No entanto, a renda é considerada um dos fatores principais que os impediam de cursarem o ensino superior no tempo certo, que era após o término do ensino médio. Isto, é as circunstâncias eram diferentes das atuais, onde a economia era mais inconstante e a sociedade menos desenvolvida. (SERRA, 2015).

A gênese enquanto origem de um novo aprendizado abre seu leque de possibilidades a partir do momento em que a pessoa consegue admitir lacunas, incompletudes e equívocos no seu próprio processo de conhecimento e encontra motivação para se rever e prosseguir (VALLE, 1998).

Sobre o ponto de vista de Paulo Freire, estas pessoas embora balzaquianas, continuam em processo de formação. Todos independente da idade, se formam constantemente, através de descobertas e novas experiências.

É na inconclusão do ser que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornam educáveis na medida em que se reconhecem inacabados. Não foi a educação que fez homens e mulheres educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade (FREIRE, 1997, p. 64).

#### **5.4 Novas alternativas**

É perceptível também que as facilidades para o ingresso ao ensino superior tornaram-se mais populares. Como exemplo disso, os cursos de Ensino à Distância (EAD) tornaram-se opção para aqueles que apresentam pouca disposição de tempo ou dificuldade de locomoção para a faculdade. São cursos que exigem muita disciplina por conta do próprio aluno, tornaram-se reconhecidos pelo MEC, tem o mesmo valor do curso presencial e são reconhecidos também por grandes empresas. Essa modalidade de estudo oferece mais flexibilidade para alunos que precisam dividir seu tempo entre trabalho, estudos e família. (Redação Mundo Vestibular, São Paulo, 28 set 2015).

Hoje, o acesso está muito mais viável ao público de menor renda, pois existem facilidades no pagamento e parcelas reduzidas, além disso, atualmente existem projetos sociais governamentais que não existiam antigamente.

A maturidade entre muitos, o fazem refletir em não perder muito tempo para alcançar uma qualificação e optam por alternativas, que é o curso superior tecnológico ou curso de tecnólogo. Com duração de dois a três anos e formação voltada para as necessidades do mercado de trabalho, o tecnólogo apresenta o mesmo valor de uma graduação para o Ministério da Educação, que tem mais de cem opções de cursos reconhecidos por todo país.

Um dos supostos obstáculos para quem pensa em fazer faculdade depois dos 30 anos é o medo de encarar um vestibular depois de ter concluído o ensino médio há tantos anos. [...] suposto obstáculo por que nem sempre é preciso passar pelo vestibular tradicional para entrar na universidade. (Redação Mundo Vestibular, São Paulo, 28 set 2015).

Há outras opções de vestibulares como o reingresso (para aqueles que já possuem um diploma de nível superior), vestibular agendado (que é uma modalidade comum nas universidades particulares) e pelos programas governamentais (que não têm limite de idade para participar) que facilitaram o retorno do público balzaquiano aos estudos. (Redação Mundo Vestibular, São Paulo, 28 set 2015).

## **5.5 Marketing intensivo das universidades**

Segundo Folha Uol, vale relatar a preocupação das Universidades em relação ao crescimento e concorrência. Essa proliferação trouxe como consequência, o aumento da concorrência com os valores de mensalidades com baixo custo e assim surge a demanda que promove o acesso ao Ensino Superior.

Com a identificação de um público específico, tornam-se mais diretas as propagandas das facilidades atuais para cursar o ensino superior. São utilizadas, por exemplo, Outdoors, com a imagem de uma pessoa aparentemente acima dos 30 anos, feliz por estar voltando a estudar, com mensalidades acessíveis, ou ainda com

dizeres com foco na modalidade em EAD, panfletos, onde a distribuição ocorre em pontos estratégicos e propagandas de TV.

## 5.6 Desafio

O público balzaquiano sabe das circunstâncias que serão encontradas em um centro universitário, onde sua tribo geralmente é a minoria. A maior parte dos estudantes é mais jovem, e alguns ingressam na universidade logo após concluir o ensino médio. Lidar com as diferenças de personalidade entre as faixas etárias no convívio estudantil pode ser extremamente desafiador devido à possível dificuldade de relacionamento com estes colegas. Ao decidir ingressar num curso superior, o aluno pode questionar se sua memória, raciocínio e aprendizagem vão conseguir acompanhar rotina de um jovem universitário. Segundo Baltés (1997) na idade adulta há um declínio dos mecanismos cognitivos no que tange à memória e processamento de informações. Vale lembrar que isso não é regra, tudo irá depender da condição e história de vida de cada indivíduo.

Ao tomar tal decisão, o aluno comprova sua vontade de conhecimento e assume um comprometimento com os seus objetivos.

Outro fator importante, é a dificuldade da educação básica do país. Segundo reportagem da revista “The Economist [...] a educação superior no Brasil sempre foi acessível para poucos e que isso se reflete nas disparidades econômicas do país. Descreve também o sistema educacional brasileiro:

[...] no qual alunos ricos e com acesso a boas escolas na educação básica acabam estudando em universidades públicas no nível superior. Isso faz com que os bancos das instituições ainda sejam ocupados mais por brancos e de classes sociais mais privilegiadas. (PORVIR, 2012).

No entanto, mesmo não obtendo prestígio das IES públicas, esse cenário tem modificado com o crescimento explosivo das IES privadas, por atender a demanda crescente de profissionais qualificados (PORVIR, 2012).

Mesmo obtendo avanços significativos, os investimentos governamentais na educação superior, são contraditórios em relação a realidade brasileira, tanto pela deficiência, quanto no baixo investimento no ensino básico do país. Que expressivamente é o nível mais importante e tem como missão, estruturar e incluir o aluno em uma IES pública de qualidade pelo seu mérito próprio e igualá-lo na concorrência com qualquer outro candidato estruturado socialmente/economicamente (PORVIR, 2012).

### **5.7 Exigência do mercado de trabalho**

Com o aumento da procura por cargos reconhecidos, as empresas estão cada vez mais exigentes no que diz respeito aos critérios de recrutamento e seleção para tais vagas. Os cargos considerados mais importantes em uma organização são a minoria, e para ocupar estas poucas vagas, a empresa estabelece além de experiências na área, o conhecimento técnico certificado como requisito.

Isso se dá não apenas para contratação de novos funcionários, mais principalmente para a ascensão de cargo de um indivíduo já contratado. Por exemplo, existem situações em que uma pessoa já faz parte do quadro de funcionários a anos, porém não teve a oportunidade de promoção justamente pela ausência de um curso superior em seu currículo. O desejo de realização profissional é outro fator que impulsiona uma pessoa acima dos trinta anos a procurar uma formação acadêmica superior.

Segundo Gomes (2014), muitas pessoas após os 30 anos acreditam estar velhas para se recolocar no mercado de trabalho. “[...] anuncia a hora de pensar seriamente sobre a carreira e refletir se estamos no lugar certo”. Porém, é preciso aproveitar o amadurecimento da idade para compreender melhor se está ou não satisfeito com a posição atual onde se encontra, ou se será necessário realizar alguma mudança.

Em uma reportagem de Horta (2015), no site da UOL alunos caem em armadilha em adiar a vida profissional, por ser bancados pelos pais e são considerados os “eternos estudantes”. Ao inserir-se no mercado de trabalho, o

candidato correrá o risco de exercer funções normalmente designadas aos candidatos mais jovens e por consequência receber salários mais baixos.

É importante destacar também que a cada ano, uma multidão de jovens se formam em universidades e vão direto para o mercado de trabalho. Uma mão de obra com conhecimentos técnicos atualizados e cheios de vontade de conquistar seu espaço nas organizações. Essa circunstância pode ser prejudicial até mesmo para aqueles que já têm uma carreira relativamente estável. Com tantos jovens à procura de oportunidades, é indispensável que o profissional, embora satisfeito com suas conquistas, não descarte a idéia de continuar se aperfeiçoando, e investindo no contínuo desenvolvimento de sua carreira, contribuindo assim para sua empresabilidade.

Considerando as regras estabelecidas pelo governo para se candidatar à presidência da república, qualquer brasileiro precisará ter pelo menos 35 anos de idade. Mas, é a partir dessa idade que as portas do mercado de trabalho começam a se fechar. Em considerações do autor, com 50 ou 55 anos de idade, o indivíduo poderá presidir um País, porém não poderá ser auxiliar de escritório e em algumas empresas estabelecem o fim da carreira aos 65 anos de idade (SERRA. Floriano. Portal da Família, 19 out 2015).

“[...] Dentre outras tantas lamentáveis discriminações feitas por algumas organizações, uma das mais injustas e vergonhosas é justamente a de rotular de "velhos" (leia-se: imprestável, doente ou incompetente) os profissionais que passam da inadequadamente chamada "idade competitiva". E se vocês querem mesmo saber de uma coisa, nenhum exército de jovens MBAs consegue competir em conhecimentos práticos, em vivência, estabilidade e autocontrole com uma pequena tropa da chamada Terceira Idade. Não tenho nada contra os jovens MBAs, mas tenho tudo contra os preconceitos (SERRA. Floriano. Portal da Família, 19 out 2015).

A procura pelo ensino superior dentro desta realidade é uma das saídas para o público Balzaquiano. Há uma grande procura por bons empregos e poucas vagas para suprir tantos trabalhadores. Logo o diferencial intencionado é a educação superior, que poderá abrir novas alternativas para conquistar um objetivo no mercado de trabalho.

O mercado de trabalho favorece os mais velhos, desfavorecendo o público mais jovem. Para o autor, “[...] os jovens são mais atingidos pelo desemprego que os adultos e, sobretudo, estão condenados a um longo período de incerteza e de precariedade antes de conseguirem um emprego estável. Tal desigualdade, entre as diferentes faixas de idade, não impedem, evidentemente, que se formem ou se mantenham outras desigualdades dentro de cada grupo de idade, em função dos sexos, dos tipos de formação, do emprego (FRANKLIN, 2001).



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados nesse trabalho, denotam as razões pelas quais um indivíduo Balzaquiano decide ingressar no ensino superior. Há um processo correlacionado entre as práticas governamentais em parceria com IES públicas e privadas, que são fatores fundamentais para possibilitar este processo.

Os programas sociais abordados e subsidiados pelo governo, é um direito do cidadão, isto é, implantar programas de apoio e desenvolvimento para a sociedade não é nenhuma gentileza das autoridades e sim um dever. Muitos estudantes que se beneficiam de tais projetos governamentais, estão recuperando o tempo perdido, uma vez que por motivos diversos não puderam ingressar em uma universidade.

É importante ressaltar que esse investimento é convertido em prol da melhoria da qualidade de vida da sociedade. Onde um país com mais educação, abriga menos desigualdade e atrai oportunidades de crescimento para todos, principalmente para aqueles com maior carência de recursos financeiros, tal crescimento que contribuirá para o desenvolvimento econômico do Estado e estabelecimento de mais qualidade de vida e segurança para seus habitantes.

Conforme dados apontados, acredita-se que não é suficiente a satisfação com a expansão do ensino superior no país, e sim, que é necessário ter controle desse crescimento por parte das entidades reguladoras perante as instituições de ensino, com o objetivo de manter melhoria no aprendizado e a eficiência nos processos.

Mesmo obtendo avanços significativos no crescimento das universidades em todo país, os investimentos governamentais na educação superior, são contraditórios em relação a realidade brasileira, tanto pela deficiência, quanto pelo baixo investimento no ensino básico da educação brasileira. Significativamente, o ensino básico é o nível mais relevante e tem como missão, estruturar e incluir o aluno em uma IES pública de qualidade pelo seu próprio mérito e com o intuito de

igualar o ensino para a concorrência com qualquer outro candidato estruturado social ou economicamente.

Os balzaquianos mostram com clareza que estudos antigos, sobre o declínio cognitivo não é uma regra, pois são pessoas capazes e com alvos estabelecidos, que assumem a responsabilidade de redirecionar sua própria vida e de sua família, onde a diminuição de certos sentidos não é usada como barreira para impedir um sonho de tornar-se realidade. E ao reconhecer a necessidade que devem seguir para uma universidade aponta que esse indivíduo tem plena consciência do que lhe fazia falta para seguir uma carreira para obter reconhecimento e principalmente acompanhar o desenvolvimento atual do mercado de trabalho.

A idade balzaquiana é uma fase apropriada para readaptações. Nesta etapa da vida, o indivíduo tem mais certeza do que ele realmente precisa para alcançar seus alvos, tem mais experiência pessoal e apoio de seu vínculo familiar para enfrentar as dificuldades em reiterar os estudos. Isto é, quem procura por uma universidade após os trinta anos de idade, sabe bem o que quer, tem um objetivo pré-determinado para alcançar e possui claramente determinação.

O tema estudado nesta pesquisa, em parte é fruto de um passado histórico, econômico e social inter-relacionados, muitos dos balzaquianos que reiteraram seus estudos agora, não tiveram quando mais jovens condições de cursar uma universidade.

Normalmente, ao pensar na possibilidade de retornar aos estudos, esse público se depara com algumas dúvidas. Preocupações como, se irão ou não se adaptar, a dúvida se valerá ou não a pena, são questionamentos considerados válidos pelo tempo que ficaram longe de uma sala de aula. Mas, conforme dados abordados, as vantagens e os benefícios superam essas dúvidas, isto é, fatores como a motivação, qualificação profissional, inserção no mercado de trabalho, preocupação com a concorrência no mercado de trabalho, entre outros. Porém uma vantagem prioritária a favor do público balzaquiano é a maturidade, devido a experiência adquirida ao longo da vida que promove a compreensão dos ensinamentos que serão recebidos no futuro e promove as resoluções das

cobranças acadêmicas. As inúmeras oportunidades do mercado de trabalho, atraem este público para que eles possam ter uma chance de estudar, para enfim se sintonizarem com o mundo globalizado e concorrer de igual para igual com os jovens no mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS

BALTES, P. B. Na arquitetura incompleta da ontogenia humana: Seleção , otimização e compensação como fundamento da teoria do desenvolvimento. 1997. **American Psychologist**, v. 52, p. 366-380. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722008000100015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000100015) >. Acesso 27 set. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei de diretrizes e bases da educação**. Disponível em:< [portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf)>. Acesso em 26 set 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal MEC. **Censo aponta aumento de 4,4% e matrículas superam 7 milhões**. Setembro de 2013. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=19077:censo-aponta-aumento-de-44-e-matriculas-superam-7-milhoes-&catid=212](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19077:censo-aponta-aumento-de-44-e-matriculas-superam-7-milhoes-&catid=212)> Acesso em 12 set 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Superior. **Apresentação**. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/livrosesu.pdf>>. Acesso em 26 set 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Superior. **Programas e Ações**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/programas-e-acoes>>. Acesso em 08 ago 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. FIES – Programa de Financiamento Estudantil. **O que é o Fies**. Disponível em: < <http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>>. Acesso em 11 set 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. PROUNI: Programa Universidade para todos, **O programa**. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em 11 set 2015

BRASIL. MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE. **Ações Governamentais**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/destaques/item/7666>>. Acesso em 20 jul 2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **SIS 2014**: em nove anos aumenta a escolaridade e o acesso ao ensino superior. 2014. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&idnoticia=2796&busc>>

a=1&t=sis-2014-nove-anos-aumenta-escolaridade-acesso-ensino-superior>. Acesso em: 19 abr. 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) >. Acesso em 26 set 2015.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CLAUDE, Richard Pierre. Direito à educação e educação para os direitos humanos. **Revista internacional dos direitos humanos**. v 2, n 5, p.1, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S180664452005000100003&script=sci\\_artt\\_ext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S180664452005000100003&script=sci_artt_ext) >. Acesso em 19 abr. 2015.

DELGADO, G.; THEODORO, M. **Política Social**: universalização ou focalização subsídios para o debate. In: IPEA: Políticas Sociais – acompanhamento e análise, Brasília, v.2, n.17,2009.

DIREITO à Educação e Acesso à Justiça. Ação Educativa. Constituição federal de 1988. **Direito à educação e acesso à justiça**, São Paulo, 05 out 2011. Disponível em: < <http://www.direitoaeducacao.org.br/constituicao-federal/>>. Acesso em 12 set. 2015.

EDUCA Mais Brasil. **Quem somos**. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/quem-somos>>. Acesso em: 24 out 2015.

FARIA, Caroline. Info Escola. **Como surgiram as universidades**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/historia/como-surgiram-as-universidades/>>. Acesso em 19 abr 2015.

FÁVERO, Maria de Lourdes A. **Anísio Teixeira e a Universidade do Distrito Federal**. Disponível em: <<file:///C:/Users/Cilmara%20lima/Downloads/101-319-1-PB.pdf>>. Acesso em 29 nov 2015.

FÁVERO, Osmar; IRELAND, Timothy Denis. **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: UNESCO: MEC: ANPEd, 2005. 476 p. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=647-vol7div-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=647-vol7div-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 28 out. 2015.

FONSECA, Regina Celia Veiga da. **Metodologia do Trabalho Científico**. Curitiba: IESDE BRASIL, 2009. 92 p.

FRAGA, ERICA. Após boom matrículas de jovens e adultos caem no país. **Folha UOL**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/12/1385785-apos-boom-matriculas-de-jovens-e-adultos-caem-no-pais.shtml>>. Acesso em 20 mai 2015.

FRANCO, Alexandre de Paula. Ensino superior no Brasil: cenário, avanços e contradições. **Jornal de Políticas Educacionais**, São Paulo, n. 4, p. 53-63, Julho-Dezembro, 2008. Disponível em: <[http://www.jpe.ufpr.br/n4\\_6.pdf](http://www.jpe.ufpr.br/n4_6.pdf)>. Acesso em 10 jun 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.67.

FUMEC. Constituição Federal De 1988, Art. 208. **A educação, direito de todos e dever do Estado**. Disponível em: <[http://www.fumec.br/cerai/docs/constituicao\\_federal\\_de\\_1988.pdf](http://www.fumec.br/cerai/docs/constituicao_federal_de_1988.pdf)>. Acesso em 12 set 2015.

GOMES, Adriana. Pergunta que não quer calar dá para mudar de carreira depois dos 30 anos. **Mudança de Carreira**. Disponível em: <<http://www.vidaecarreira.com.br/mudanca-de-carreira-1/pergunta-que-nao-quer-calar-da-pra-mudar-de-carreira-depois-dos-30-anos/>>. Acesso em 20 out 2015.

GUGEL, M. A. (2004), **Políticas Públicas, Ordem Social, Inclusão Social**, Anais do III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva Puc Minas. Ações Inclusivas de Sucesso, Minas Gerais. Disponível: <[em:http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/sem3/maria\\_aparecida\\_gugel.pdf](http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/sem3/maria_aparecida_gugel.pdf)>. Acesso em 10 jul 2015.

GUIA DA CARREIRA. **Devo fazer uma faculdade após os 30 anos**. Disponível em: <<http://www.guiadacarreira.com.br/carreira/devo-fazer-uma-faculdade-apos-os-30-anos/>>. Acesso em 18 out 2015.

GUIA DA CARREIRA. **Faculdade depois dos 40 anos**. Disponível em: <<http://www.guiadacarreira.com.br/carreira/faculdade-depois-dos-40-anos/>>. Acesso em 26 set 2015.

GUIA DO ESTUDANTE. **Entenda como funciona o Prouni**. Disponível em: <<http://www.guiadoestudante.abril.com.br/estudar/jogos-multimedia/entenda-como-funciona-prouni-626603.shtml>>. Acesso em 10 mai 2015.

GLOBO educação. Fies tem novas regras oficializadas pelo Mec no diário oficial da união. **G1** Disponível em: <<http://www.g1.globo.com/educacao/noticia/2015/07/fies-tem-novas-regras-oficializadas-pelo-mec-no-diario-oficial-da-uniao-.html>>. Acesso em 27 out 2015.

HORTA, Mauricio. Bancados pelos pais eternos estudantes caem na armadilha de adiar a vida profissional. **Folha UOL**. Disponível em: <http://www.mulher.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2012/08/20/bancados-pelos-pais-eternos-estudantes-caem-na-armadilha-de-adiar-a-vida-profissional.htm>.> . Acesso em 20 out 2015.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Exame nacional do ensino médio- ENEM**. Disponível em: <<http://ces.ibge.gov.br/base-dados/metadados/inep/exame-nacional-do-ensino-medio-enem>>. Acesso em 11 set 2015.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU, 1980.

MARTINS, Carlos Benedito. **O Ensino Superior Brasileiro nos anos 90**. São Paulo em Perspectiva, v. 14 n. 1 São Paulo jan./mar. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n1/9801> >. Acesso em 20 jun 2015.

MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf> >. Acesso em jul 2015.

MUNDO Vestibular. **Faculdade depois dos 30 anos**. Disponível em: <<http://www.mundovestibular.com.br/articles/18055/1/faculdade-depois-dos-30-anos/paacutegina1.html>>. Acesso em 12 jul 2015.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. **A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil**. Disponível em: <<https://construindoumaprendizado.files.wordpress.com/2012/11/a-estrutura-e-o-funcionamento-do-ensino-superior-no-brasil.pdf>>. Acesso em 25 jul 2015.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: PIONEIRA THOMSON LEARNING, 1943.

OLIVEN, Arabela Campos et al. A educação superior no Brasil. **Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC – Unesco – Caracas**. Porto Alegre.Brasil, p. 20-39, 2002. Disponível em: <

<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139317por.pdf>>. Acesso em 15 jul 2015.

OCDE. Indicadores Educacionais em foco. dados da educação evidências da educação políticas da educação análises da educação estatísticas da educação.

**Quais são os benefícios sociais da aprendizagem?** Disponível em:

<<http://www.oecd.org/edu/skills-beyond-school/INDICADORES%20EDUCACIONAIS%20EM%20FOCO%20N%C2%B010.pdf>>. Acesso em 11 set 2015.

OHL, Rodolfo. **Networking relacionamento social e mercado de trabalho.**

Disponível em: <<http://www.rh.com.br/Portal/Carreira/Artigo/6468/networking-relacionamento-social-e-mercado-de-trabalho.html#>>. Acesso em 20 set 2015.

PARRA FILHO, Domingos; SANTOS, João almeida. **Metodologia Científica.** São Paulo: FUTURA, 1998. 76 p.

PORTAL. BRASIL. **Estudo da OCDE diz que formação universitária aumenta 156% dos rendimentos no Brasil.** 2011. Disponível em: <

<http://www.brasil.gov.br/educacao/2011/09/estudo-da-ocde-diz-que-formacao-universitaria-aumenta-156-dos-rendimentos-no-brasil>>. Acesso em 27 set 2015

PORTAL BRASIL. Paim: 40% dos estudantes do ensino superior privado usam Prouni ou Fies. **Educação.** Disponível em: <

<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/12/paim-40-dos-estudantes-do-ensino-superior-privado-usam-prouni-ou-fies>>. Acesso em 07 set 2015.

PORTAL BRASIL. Saiba como funciona sistema de ensino superior no Brasil.

**Educação.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2009/11/ensino-superior>>. Acesso em 07 set 2015.

PORTAL.ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROS AMERICANOS. **Para Educação, a Ciência e a Cultura.** Sistema Educativo Nacional De Brasil. Breve evolução histórica do sistema educacional

Disponível em: <<http://www.oei.es/quipu/brasil/historia.pdf>>. Acesso em 20 jul 2015.

PORVIR. **Estudantes e investidores se beneficiam do boom das universidades privadas.** Disponível em: <<http://porvir.org/estudantes-investidores-se-beneficiam-boom-das-universidades-privadas/>>. Acesso em: 15 jul 2015.



RAUEN, Fábio José. **Elementos de iniciação à pesquisa**. Rio do Sul, SC: Nova Era, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SERRA, Floriano. Portal da família. org. **Com que idade você está velho para o mercado?** Disponível em: <<http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo118.shtml>>. Acesso em 18 out 2015.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 295-304, ago. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000200015&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000200015&script=sci_arttext)>. Acesso em 20 jul 2015.

SILVAS, Juliana A. **O papel dos programas governamentais nos processos de expansão e democratização das universidades brasileiras**. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/view/164>>. Acesso em 26 set. 2015.

SISU – Sistema de Seleção Unificada. **O que é o SISU**. Disponível em: <http://sisu.mec.gov.br/#/principal.php>. > Acesso em 11 set 2015.

ULTIMO SEGUNDO. **Com sonho de nova profissão, adultos voltam a estudar para enfrentar o ENEM**. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2013-10-14/enem-2013-numero-de-candidatos-com-mais-de-35-anos-chega-a-mais-de-627-mil.html>>. Acesso em 12 set 2015.

UNESCO. **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Desafios e perspectivas da educação superior brasileira para a próxima década**. 2011-2020. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002189/218964POR.pdf>>. Acesso em 12 set 2015.

UNISC. Universidade de Santa Cruz do Sul. **Métodos e técnicas de Pesquisa**. Disponível em: <[http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/metodos\\_e\\_tecnicas\\_de\\_pesquisa.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodos_e_tecnicas_de_pesquisa.pdf)>. Acesso em 20 jun 2015.

UOL. **Qual a relação entre o estudo e uma carreira profissional bem-sucedida?** Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/bancoderedacoes/lista/qual-a-relacao->

entre-o-estudo-e-uma-carreira-profissional-bem-sucedida.jhtm >. Acesso em 11 set 2015.

UOL. **Saiba o que é e para que serve o Exame Nacional do Ensino Médio.**

Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/05/22/o-que-e-e-para-que-serve-o-enem.htm>>.

VALLE, Maria José. **O Social-Constructivismo: princípios fundamentais.** São Paulo: IPF, 1998. s.d mimeografado.

VERONEZI. FELIPE. **GUIA DA CARREIRA.** O que é o FIES. Disponível em:

<<http://www.guiadacarreira.com.br/vestibular/fies/>>. Acesso em 11 set 2015.

VERONEZI. FELIPE. **GUIA DA CARREIRA.** Devo fazer uma faculdade após os 30 anos. Disponível em: <<http://www.guiadacarreira.com.br/carreira/devo-fazer-uma-faculdade-apos-os-30-anos/>>. Acesso em 19 out 2015.